

5 EDUCAÇÃO CIDADÃ: desafio interdisciplinar

*Maria do Carmo Freitas Macedo¹,
Beatriz Marcos Telles²,
Ana Carolina Faria Silvestre³
Monica Fonseca Franco⁴*

Resumo: O presente artigo apresenta a estrutura e formação da Câmara Mirim de Pouso Alegre para a educação cidadã de crianças e adolescentes, diante do grande desinteresse dos jovens para com a política. É utilizada uma pesquisa de caráter exploratório sobre a organização e o funcionamento de uma Câmara Mirim – a Câmara Mirim de Pouso Alegre contemplando o programa de formação cidadã. O resultado obtido demonstra que depois do ingresso dos estudantes a este programa há um grande entusiasmo e interesse deles para discussão e debate de assuntos pertinentes à sociedade e ao contexto que estão inseridos. Porém, falta o estabelecimento de um espaço de participação efetiva dos jovens no ambiente escolar, para a multiplicação do conhecimento adquirido na Câmara Mirim. Percebe-se que para suprir essa lacuna é necessária a convocação de assuntos e princípios da interdisciplinaridade de forma que os alunos possam exercer os saberes sobre a formação cidadã. Em Pouso Alegre o despertar de adolescentes à participação de decisões junto ao poder público vem sendo construído pela Câmara Mirim com perseverança, pois afinal, não se pode esquecer que “público” não é “do governo”, “público” é de “todos nós”, como relembra Brandão (2008). Um novo mundo é possível com maior engajamento, comprometimento e práticas interdisciplinares pelas novas gerações junto ao poder público.

Palavras-chave: câmara mirim, educação cidadã, interdisciplinaridade.

¹ **Maria do Carmo Freitas Macedo:** Especialista em Administração Pública pelo SENAC, Licenciatura em Letras pela Faculdade de Filosofia Eugênio Pacelli (UNIVAS), Bacharelado em Administração Legislativa pela Universidade de Sta. Catarina (UNISUL). Coordenadora da Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Pouso Alegre. E-mail: madumacedo@hotmail.com

² **Beatriz Marcos Telles:** Conselheira da Revista Interdisciplinaridade. CV: <http://lattes.cnpq.br/1035575993154977>; E-mail: biatelles@gmail.com

³ **Ana Carolina Faria Silvestre:** Doutoranda em Filosofia Jurídica na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, mestra e especialista em Filosofia do Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Sul de Minas (FDSM). Professora na FDSM e no Centro de Ensino Superior em Gestão, Tecnologia e Educação (FAI). Contato: fariasilvestre@yahoo.com.br

⁴ **Mônica Fonseca Franco.** Graduanda em Direito na Faculdade de Direito do Sul de Minas (FDSM), estagiária na Escola do Legislativo de Pouso Alegre. Contato: e-mail: monicafonsecafranco@gmail.com

Abstract: Abstract: This paper presents the structure and formation of the Pouso Alegre Junior Parliament for the political education of children and teenagers, compared to their great lack of interest in politics. It is used an exploratory research on the organization and functioning of a Junior Parliament – the Pouso Alegre Junior Parliament contemplating the civic education program. The result demonstrates that after the entry of students in the project there is a great enthusiasm and interest thereof for discussion and debate of issues relevant to society and the context in which they are inserted. However, it is necessary to establish a space for effective participation of young people in the school environment for the multiplication of the knowledge acquired in the Junior Parliament. We conclude that to fill this gap it is necessary to convene issues and fundamentals of interdisciplinarity so that students can exercise their knowledge on the political formation.

In Pouso Alegre the awakening of teenagers to share decisions with the government is being constructed by the Junior Parliament with perseverance, because after all, we can not forget that "public" is not "government", "public" is "we all", as said Brandao (2008). A new world is possible with more engagement, commitment and interdisciplinary practices by new generations with the government.

Keywords: junior parliament, political education, civic education, interdisciplinarity.

INTRODUÇÃO

Com a preocupação de incrementar a formação política de crianças e adolescentes, foi criada em Pouso Alegre, no ano de 2004, a Câmara Mirim. Esta iniciativa foi motivada pela constatação do desinteresse de crianças e adolescentes pela política em geral. Atualmente o projeto vem sendo conduzido por Maria do Carmo Freitas Macedo, coordenadora/presidente da Escola do Legislativo, que desenvolve um trabalho útil, relevante e já reconhecido no país, que em 2008 realizou uma pesquisa que investigou a organização e o funcionamento de uma Câmara Mirim – a Câmara Mirim de Pouso Alegre e suas repercussões na formação cidadã, do qual este artigo faz o recorte. A pesquisa refere-se à: **“Câmaras Mirins: sua importância da formação do cidadão”**, monografia (Administração Legislativa) da Universidade do Sul de Santa Catarina, UNISUL, Brasil, 2008.

Foi realizada uma pesquisa em 2008 e que está em fase de amadurecimento, pela necessidade de se criar massa crítica, como os alunos chegam às universidades e empresas, para se verificar o quanto estes jovens amadureceram nos questionamentos, cidadania, ética e afins.

A câmara mirim é um dos projetos desenvolvidos pela Escola do Legislativo Professor Rômulo Coelho e existe desde 2004, criada pela Resolução 993 de 22 de novembro de 2004. A faixa etária das câmaras mirins e jovens varia conforme a cidade. Em Pouso Alegre (MG), a Câmara Mirim contempla alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental e a Câmara Jovem, alunos do ensino médio. Na região, várias cidades criaram suas Câmaras Mirins, no entanto, somente a de Pouso Alegre (MG) permanece com atividades e se atualiza constantemente. Os motivos da não continuidade destas câmaras mirins da região, conforme entrevistas na fase exploratória se deu praticamente por dois motivos: falta de interesse político, considerando que os políticos têm pouco interesse em dar continuidade em projetos iniciados por gestões anteriores e por receios dos possíveis questionamentos que estas Câmaras Mirins poderiam fazer na Câmara de Vereadores.

Identificamos e destacamos que o diferencial da Câmara Mirim de Pouso Alegre (MG) com relação às outras Câmaras Mirins que não sobreviveram na região também se deu pelo fato de, com o passar do tempo, ela encontrou formas de se inovar agindo de forma diferente do modelo tradicional das Câmaras dos Vereadores, que era seguida pelas demais regiões, que atua com o mesmo número de vereadores de suas Casas de Leis, com as mesmas comissões e com o mesmo tempo em tribuna.

Em Pouso Alegre (MG), a Câmara Mirim vem se tornando um espaço de aprendizagem e de grandes debates sobre vários assuntos, e isso tem contribuído para que seus participantes permaneçam no programa sem desistência. Assim a participação tem sido maior e eles sempre trazem amigos pra conhecê-la, fato que mostra a identificação com o trabalho.

Educar politicamente para a cidadania é, principalmente, educar um sujeito participativo para ser um sujeito crítico, no sentido de co-participante da democracia. Essa é a verdadeira educação para uma nova cidadania, que é uma postura que precisa ser estimulada. Os direitos e deveres civis e políticos, devem ser trabalhados por meio de valores éticos. É necessário compatibilizar cidadania, política e diversidade, através de princípios éticos. Educar é uma ação que propõe a convivência social, a cidadania e a tomada de consciência política, fazendo de cada sujeito um autor de transformação social. Para Cavalcanti (2002, p.40), “A escola pode organizar ações para a formação da cidadania democrática, ativa, com direitos amplos criados e recriados num processo histórico, social, econômico, cultural”.

A partir de transformações curriculares na educação básica que ocorreram no Brasil nas últimas décadas e com as mudanças no ensino através de discussões pelos estudiosos da educação, novos paradigmas propõem uma formação ampla dos indivíduos por meio da escola e a adequação dos conteúdos para uma construção crítico - reflexiva dos alunos diante da dinâmica mundial. Neste contexto, aluno e professor ensinam e aprendem constantemente.

De acordo com os Temas Transversais - MEC 2000

Através da **Ética**, o aluno deverá entender o conceito de justiça baseado na equidade e sensibilizar-se pela necessidade de construção de uma sociedade justa, adotar atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças sociais, discutindo a moral vigente e tentando compreender os valores presentes na sociedade atual e em que medida eles devem ou podem ser mudados.

De acordo com Delors (1996, p.62):

A educação para a cidadania constitui um conjunto complexo que abraça, ao mesmo tempo, a adesão a valores, a aquisição de conhecimentos e a aprendizagem de práticas na vida pública. Não pode, pois ser considerada como neutra do ponto de vista ideológico.

Conforme Paul Singer (1995, p.06)

A visão civil democrática da educação não vê contradição entre a formação do cidadão e a formação do profissional, da futura mãe ou pai de família, do esportista, do artista e assim por diante. O laço que une os procedimentos educativos é o respeito e a preocupação pela autonomia do educando, portanto, pela autoformação de sua consciência e pela sua gradativa capacitação para se libertar da tutela do educador e poder prosseguir, sozinho ou em companhia de seus pares, sua auto-educação. A ênfase, nessa visão, é num tipo de relação entre educadores educando em que o primeiro conduz o segundo por vias que vão sendo determinadas cada vez mais pelo último. Há muita discussão, evidentemente, sobre como se deve constituir essa relação, mas o que une todos os que compartilham essa visão é a idéia de que toda criança deseja “naturalmente” aprender e que esse desejo deve ser respeitado e alimentado. O limite desse respeito pela individualidade do educando é dado pela necessidade e interesses dos demais — educandos, educadores, pais e familiares etc. —, o que exige disciplina, outro tópico controverso.

Mas, a escola não é o único espaço privilegiado para a formação do cidadão. Ela tem se colocado como um instrumento para a formação do ser humano, mas não tem conseguido muito êxito. Em todas as instâncias da sociedade deve haver a preocupação com a educação cidadã, todos necessitam se envolver transmitindo, incentivando e demonstrando ações politicamente corretas. Para Arroyo, (2002 p.79):

a luta pela cidadania, pelo legítimo, pelos direitos, é o espaço pedagógico onde se dá o verdadeiro processo de formação e constituição do cidadão. a educação não é uma pré-condição da democracia e da participação, mas é parte, fruto e expressão do processo de sua constituição.

A discussão sobre o papel da escola de forma ampliada é incentivada por Silva (2000), que reflete sobre o exercício dos direitos estarem atrelados ao exercício da cidadania, cuja ação se inicia no plano individual, mas requer esforço e articulação coletiva, fortalecendo assim o papel das escolas, do poder público e de toda a sociedade.

Neste sentido, a implantação das Câmaras Mirins em inúmeras cidades do Brasil, representa um esforço do Poder Legislativo à participação ativa na formação da cidadania, em especial do adolescente. Esta faixa etária, considerada crítica pelas transformações que lhe são específicas, busca referências no meio social e político. No entanto, os adolescentes desanimados com a visão política que percebem diante dos próprios olhos, optam pelo descaso, apatia ou rebeldia. Cabe a todos nós mostrar ao adolescente que sua participação pode ser decisiva para a construção do futuro que ele sonha. Compete-nos ainda fornecer-lhes os instrumentos éticos de participação.

Participar de Câmara Mirim tem sido um desafio interessante e envolvente para adolescentes de todo o Brasil.

Cidadania significa o exercício pleno da participação em todas as instâncias em que são tomadas decisões que influenciem nossas vidas e o ambiente em que estamos inseridos. A sobrevivência do Planeta está associada a um pacto que não é apenas entre os humanos, mas entre os humanos e seu ambiente, os espaços onde vivem. Se não houver envolvimento e participação de cada um dos humanos que habita este planeta inviabiliza-se a sobrevivência.

Compreender-se cidadão e cidadã do Planeta pressupõe envolvimento, conhecimento, engajamento, solidariedade, humildade, escuta, tolerância e amorosidade, princípios tão disseminados pela interdisciplinaridade.

São necessários mecanismos de decisão e participação, que respeitem nossos direitos individuais e coletivos de instância local à planetária. Ao mesmo tempo em que buscamos a construção de espaços coletivos de decisão, e a participação está muito ligada a isto, queremos autonomia para decidir nossos caminhos. Somente uma ética que coloque a autonomia como horizonte de busca constante enfrentando o necessário, pertinente e constante diálogo com a interdependência e, portanto com as possíveis limitações à autonomia, é que pode nos manter na trilha desta emancipação. A escola com a prática da interdisciplinaridade pode ajudar nesta construção e com isso acelerar aprendizados da formação cidadã.

O programa Vereador Mirim / A Câmara vai à Escola, da Câmara Municipal de Pouso Alegre, foi instituído através da Resolução nº 993, de 22 de novembro de 2004, com o objetivo geral de promover a interação entre a Câmara Municipal de Pouso Alegre e a Escola, permitindo ao estudante compreender o papel do Legislativo Municipal dentro do contexto social em que vive. Este programa envolve escolas do Município e abrange do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa é de caráter exploratório, conforme Gil (2009) e investigou a organização e o funcionamento de uma Câmara Mirim – a Câmara Mirim de Pouso Alegre e suas repercussões na formação do cidadão. Nesta exploração, buscou-se identificar os responsáveis pela criação da Câmara Mirim, seus objetivos e dificuldades enfrentadas bem como analisar sistema de escolha dos vereadores mirins, seguindo orientações de análise de Quivy e Campenhoudt (1998), que sugere a observação dos dados, das entrevistas, dos questionários. Ao trabalho coube também a discussão sobre a participação da sociedade em geral no projeto de instituição de uma Câmara Mirim. Este artigo fez um recorte à pesquisa se fixando à questão da importância da câmara mirim na formação cidadã.

2.1 População e amostra- Amostra não probabilística intencional.

Pesquisa à Câmara Mirim de Pouso Alegre, os vereadores mirins, pais e profissionais da educação no município.

A amostra foi representada por 10 professores, 10 pais de adolescentes que participam da Câmara Mirim e/ou de seus projetos, 05 autoridades do Sistema de Ensino de Pouso Alegre. (Representante da Superintendência de Ensino de Pouso Alegre, Secretária Municipal de Educação, Diretor de Escola, Orientador Pedagógico - Inspetor de Alunos) 05 Conselheiros Tutelares de Pouso Alegre e 15 (quinze) Vereadores Mirins, de um total de 24 (vinte e quatro).

2.2 Instrumentos de coleta de dados

Os instrumentos de coleta de dados adotados neste trabalho são descritos no quadro a seguir.

Instrumentos de coleta de dados	Universo pesquisado	Finalidade do Instrumento
Entrevista	10 Professores, 10 Pais de crianças que compõem a Câmara Mirim de Pouso Alegre, 5 Autoridades do Sistema de Ensino de Pouso Alegre, 5 representantes do Conselho Tutelar, todas as crianças que compõem a Câmara Mirim de Pouso Alegre.	Avaliar a importância da Câmara Mirim e o grau de aprovação da população quanto a sua importância na formação do cidadão
Observação Direta ou do participante	Observar o planejamento e a realização das sessões da Câmara Mirim de Pouso Alegre.	Analisar o interesse e a responsabilidade demonstrados pelos participantes
Documentos	Regimentos Internos, Atas de reuniões. Relatórios.	Verificar o funcionamento da Câmara Mirim de Pouso Alegre.
Dados Arquivados	Livros e artigos que tratem da formação política da criança e do adolescente	Conhecer a realidade sobre a formação política d adolescente

Quadro 1- Instrumento de coleta de dados.⁵

Seguem as questões das entrevistas:

Entrevista com 10 Professores de alunos que fazem parte da Câmara Mirim ou de Projetos desenvolvidos por ela.

1. Como você desenvolve a Educação para a Cidadania, na sua sala de aula?
2. A participação de seus alunos na Câmara Mirim ou em seus projetos, colabora com seu trabalho em sala de aula?
3. Os Vereadores Mirins atuam politicamente na escola? Por favor, dê um exemplo dessa atuação.
4. Com a participação na Câmara Mirim, os Vereadores Mirins alcançaram melhorias no nível de rendimento escolar?
5. A Escola promove atividades de exercício da cidadania? Quais?
6. Você já participou de uma reunião da Câmara Mirim? Se já o fez, dê a sua opinião sobre o evento.

Entrevista com 10 Pais de adolescentes que fazem parte da Câmara Mirim ou de Projetos desenvolvidos por ela

1. Qual a sua opinião sobre a participação de seu (a) filho (a) na Câmara Mirim?
2. Que resultados você pode apontar como frutos da participação de seu filho na Câmara Mirim ou em seus projetos?
3. Você conhece algum projeto desenvolvido pela Câmara Mirim?
4. A Câmara Mirim colabora na educação de seu filho?
5. Você já percebeu algum benefício direto para sua comunidade após a implantação das Câmaras Mirins?
6. Em sua casa, antes da Câmara Mirim, você se preocupava com a formação da cidadania?
7. Diante de problemas como corrupção, violência, tráfico de drogas etc.. você considera positiva a orientação que os adolescentes recebem da Câmara Mirim?

⁵ Unisul Virtual, 2007.

Entrevista com Autoridades de Ensino de Pouso Alegre

1. Qual a importância da Câmara Mirim para a educação em Pouso Alegre?
2. Como as escolas vêm desenvolvendo a Educação para a Cidadania?
3. Que resultados observados dentro das escolas podem ser atribuídos à ação da Câmara Mirim?
4. Em que medida, os projetos desenvolvidos pela Câmara Mirim tem contribuído com os trabalhos das escolas?
5. Que sugestões podem ser indicadas para um melhor desempenho da Câmara Mirim?

Entrevista com Conselheiros Tutelares

1. Quais os maiores desafios enfrentados pelo Conselho Tutelar em Pouso Alegre?
2. A ausência de uma educação voltada para o exercício da cidadania pode ser considerada causa de problemas enfrentados pelo Conselho Tutelar?
3. A atuação da Câmara Mirim tem repercussão no trabalho do Conselho Tutelar?
4. A Câmara Mirim de Pouso Alegre atua há 2 anos. O que pode ser considerado um bom resultado dessa atuação?
5. Que sugestões o Conselho Tutelar, que defende os direitos da criança e do adolescente, pode apresentar à Câmara Mirim de Pouso Alegre?

Entrevista com os vereadores mirins

1. Há quanto tempo você atua na Câmara Mirim?
2. Que projetos apresentados pela Câmara Mirim você considera mais importantes?
3. Você considera que a participação na Câmara Mirim lhe proporcionou crescimento pessoal?
4. A atuação na Câmara Mirim colabora com seu desenvolvimento escolar?
5. O que você achava dos políticos, antes de pertencer à Câmara Mirim?
6. Após conviver com o trabalho do legislativo, você mudou sua opinião sobre os políticos?
7. Que benefícios a Câmara Mirim trouxe para a sua comunidade?
8. Quais os maiores problemas de seu município?
9. Como a Câmara Mirim pode ajudar na solução desses problemas?
10. Cite algumas atitudes que você passou a ter após participar da Câmara Mirim.

RESULTADOS

A realidade observada no trabalho mostrou que os adolescentes e jovens da pesquisa se interessam muito pelo estudo e compreensão do funcionamento do Poder Legislativo Municipal. Entusiasmam-se com a participação na

Câmara Mirim e se dispõem a cumprir com responsabilidade as funções que lhes são atribuídas. Os princípios e valores da interdisciplinaridade se fazem presentes na pesquisa como escuta ativa, amorosidade, respeito ao diferente, solidariedade, comunicação, tolerância, troca de saberes. De acordo com as entrevistas realizadas com os alunos, constatou-se que a participação no projeto transformou a compreensão anterior que se tinha sobre o Poder Legislativo. Hoje, conhecendo as atribuições de um parlamentar sentem-se mais aptos a cobrar posturas e a participar de forma crítica do processo. Já percebem um vereador ou um deputado, com uma visão mais real e entendem a complexidade dos processos legislativos e seus desdobramentos. Antes viam os políticos apenas como pessoas que buscam seus interesses particulares e nada fazem pelo bem comum, sendo assim peças inúteis para a sociedade.

As famílias também consideram muito importante a participação dos adolescentes e jovens no programa e admitem que após as reuniões eles voltam para casa entusiasmados com a participação. O comportamento dos participantes, em geral, se modifica para melhor após a participação na Câmara Mirim.

A pesquisa apontou que nas escolas ocorre certa repercussão, mas ainda é pequena, pois os alunos eleitos para participarem da Câmara Mirim, são em geral, os alunos que se destacam em produtividade e comportamento. Ainda não se nota uma alteração na rotina destes nas respectivas escolas, em decorrência deste Projeto. Mas os professores e diretores já elogiam o programa e incentivam os trabalhos.

Frente à questão colocada aos envolvidos: Qual a importância da Câmara Mirim na formação do cidadão? Foi observado que, nas duas primeiras legislaturas, alguns participantes perderam o entusiasmo e acabaram por desistir da participação, fato analisado e compreendido como natural frente ao público em questão, cujo entusiasmo e interesse realmente não tem longa permanência. Em outras Câmaras Mirins, este problema também aparece como o mais grave.

A coordenadora do projeto tem sanado este problema com sua aproximação dos jovens via canal de comunicação em rede social, o *facebook*, e de atividades diversificadas, onde estes adolescentes têm oportunidades de exporem seus pensamentos, suas críticas e sugestões.

Outro aspecto considerado foi o papel da imprensa local apoiando e prestigiando o projeto, através de jornais de circulação periódica, assim como da mídia televisiva, que comentam as decisões que os vereadores mirins tomam em suas reuniões.

Foi percebido também o apoio de escolas e das famílias dos envolvidos, assim como do Poder Público estimulando, acompanhando e valorizando o Programa. Os pais observaram que foi perceptível o aumento do nível de responsabilidade destes jovens nas famílias. Apesar de diretores e professores das escolas incentivarem o projeto, estes não percebem na prática uma atuação efetiva destes jovens nos espaços de ensino. Cabe observar que não

ficou estabelecido com as Escolas, um espaço para a ação do Vereador Mirim o que nos sinaliza uma lacuna que precisa ser contemplada nas próximas atualizações do projeto. O jovem desperto à cidadania precisa ter espaço nas suas escolas para praticar e disseminar estes novos saberes, fato que o projeto não contemplou, mas que já se movimenta para isso. O exercício da interdisciplinaridade neste momento poderia diminuir lacunas e aproximar estes espaços, engajando gestores, professores e demais sujeitos do processo educacional e com isso empoderando estes jovens dentro das questões cidadãs. Porém, a formação destes gestores também se faz necessária, para que esta interligação interdisciplinar aconteça com cooperação e coerência, com alinhamentos e complementaridades de propósitos.

Fazenda (2011,p.164) traz a necessidade de se “explorar com mais cuidado a questão da metodologia do trabalho interdisciplinar, bem como a maneira mais adequada de proceder à formação do pessoal que efetivaria a interdisciplinaridade”. Assim, percebemos que seria enriquecedor um trabalho de interação entre alunos, professores, gestores, pais e alunos.

A integração é um momento formal da interdisciplinaridade e ela precisa ser realizada com atenção, conforme Fazenda (2011), inclusive num contexto de organização de disciplinas.

Os participantes que permanecem no projeto demonstram amadurecimento e fortalecimento em questões de cidadania, fato observado nas escolas e famílias, quando estes jovens externam suas opiniões sobre política, assuntos locais e de ordem pública, com boas argumentações e questionamentos pertinentes, no entanto a *interação* é condição de efetivação da interdisciplinaridade. “Pressupõe uma integração de conhecimentos visando novos questionamentos, novas buscas, enfim, a transformação da própria realidade” (FAZENDA, 2011, p.12).

CONSIDERAÇÕES

A pesquisa realizada em 2008 é relevante considerando a iniciativa e envolvimento da coordenação do projeto, que tinha como desafio empreender projeto de formação política e de cidadania em crianças e jovens da cidade. Apesar da criação em final de 2004, a primeira turma foi em fevereiro de 2006, pois durante o ano de 2005 ocorreu a divulgação nas escolas e a escolha dos alunos que iriam participar. Vale ressaltar que inicialmente houve rejeição por parte de algumas escolas em aderir ao projeto. Considerando que, em 2008 o projeto ainda recente, não foi possível levantar posturas e ações práticas destes jovens em universidades e em empresas, entrevistar lideranças, professores universitários, etc. o que propomos uma atuação interdisciplinar para as novas fases do projeto.

A preocupação maior nos primeiros anos do projeto referiu-se especificamente à construção e ajustes de um modelo que até então inexistia, assim como

sentir a repercussão dessa formação política e cidadã junto à sociedade e poder público, frente aos espaços em que estes jovens se expunham com falas, propostas e críticas fundamentadas pelos encontros do projeto. A partir de agora, já se tem jovens em universidades e em empresas e seria interessante que a pesquisa se ampliasse nestes espaços em que eles interagem e em contextos de uma economia forte, a capitalista, onde lucros e resultados são prioridades das respectivas gestões. Como será que estes jovens conscientes estão lidando com as pressões do mercado? Como estão se envolvendo em projetos de cidadania nas universidades? Como eles atuam em grupos, redes e parcerias? Como eles se colocam frente aos docentes e discentes? Estes jovens distantes do projeto podendo agora atuar por si, aplicam quais itens do projeto? Quais saberes deste projeto estes jovens conseguem aplicar nas empresas, nas universidades e na vida pessoal? Quem são estes jovens agora, depois de alguns anos distantes do projeto? O que eles mudariam no projeto se fossem eles os gestores do mesmo? E quanto aos organizadores do projeto, cabem as questões: como o projeto poderá se relacionar com as escolas e empresas da região, onde esses jovens atuam, abrindo espaços para que eles possam aplicar os saberes do projeto? Como poderia ocorrer a formação em cidadania e política de todos envolvidos nestes espaços, como professores, diretores, pais, gestores públicos, chefias e colaboradores de empresas. Percebemos que a interdisciplinaridade poderia ser considerada e aplicada neste projeto, interligando saberes da Escola do Legislativo com as escolas públicas e privadas que encaminham os alunos, o poder público, as empresas, o comércio local e da região, assim como toda a sociedade, fortalecendo e dando mais visibilidade ao projeto, empoderando estas crianças e adolescentes, pois assim, poderiam ocupar com consciência cidadã estes espaços abertos.

Freire *apud* Fazenda (2003, p.29), ressalta já em 1974, uma pedagogia que “só tem sentido numa visão do homem que pronuncia a palavra ao mundo. Formula uma concepção científico/humanista, que encontra sua expressão numa “práxis” dialogal, na qual professores e alunos, juntos, analisam uma realidade, a denunciam e a transformam em nome da libertação do homem”.

Fazenda (2003) traz a práxis dialogal entre professores e alunos que pode ser transformadora e libertadora do homem. O pronunciamento da palavra humana no mundo liberta e transforma. Este processo de metamorfose que interações complexas exigem, no caso da câmara mirim com sua formação de jovens, que interagem nas famílias, nas escolas e na sociedade com visão crítica de mundo diferenciada dos demais colegas que não foram desenvolvidos em política e cidadania, requer tempo e alto poder de escuta e de espera, valores e princípios da interdisciplinaridade. Não uma espera passiva e sim uma espera vigiada.

Alterar violentamente o curso dos fatos não é próprio de uma educação que abraça a Interdisciplinaridade. Esta exige que se prove aos poucos o gosto que tem a paixão por formar até nos embebedarmos dela. Entretanto, o sentido que um trabalho interdisciplinar desperta e para o qual não estamos preparados é o da sabedoria de aprender a intervir sem destruir o construído (FAZENDA, 2011, p. 27-28).

Este projeto de formação política de alunos pela câmara mirim de Pouso Alegre vem se destacando em nível nacional devido à diversidade de atividades desenvolvidas, que vem aumentando e despertando o interesse destes adolescentes para a participação na vida política e social. Os problemas que a pesquisa sinalizou, aparentam serem amenizados com a prática da interdisciplinaridade.

A tentativa de superação gradativa dos principais obstáculos à efetivação do trabalho interdisciplinar, em que o mais importante seria o estabelecimento de uma consciência crítica sobre o valor e significado desse trabalho, bem como, uma orientação segura de como iniciá-lo” conforme alerta Fazenda (2011 p 164).

Cabe a observação de que a Câmara Mirim de Pouso Alegre (MG) já tem influenciado os vereadores em algumas propostas de projetos de lei, apesar desta influência ainda ser ínfima. Porém, em se tratando de formação e consciência política de crianças e jovens, num país que engatinha sobre esta prática, sua existência e permanência desde 2004, viabilizada por uma boa liderança e parcerias, precisa ser celebrada, comemorada e disseminada como uma boa prática no nosso país.

A pesquisa foi iniciada e sofrerá atualizações na medida em que estes jovens ingressarem no ensino superior, ocupando espaços no mercado de trabalho e intervindo na sociedade, na política e na economia, com visão crítica e com propostas e ações rumo à transformação de um mundo mais justo, ético, harmônico, menos desigual e mais pacífico e para tal percebemos que a interdisciplinaridade poderá contribuir com vários de seus instrumentos sugeridos o que requer paciência para conhecer, aprender novos saberes e experienciá-lo nos diversos espaços.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Educação e exclusão da cidadania**. In: **BUFFA, e. (org.). Educação e cidadania: quem educa o cidadão?** São Paulo: Cortez, 2002. 19. p. 79.

BRANDÃO, Carlos R. **Minha Casa, o Mundo**. Aparecida, SP. Ideias & Letras, 2008.

CAVALCANTI, L. S. **A problemática do Ensino de Geografia veiculada nos encontros nacionais da AGB (1976-1986)**. Boletim Goiano de Geografia, 15(1): 35-55 jan/dez. 1995.

_____. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. Campinas: Papirus, 1998.

DELORS, Jacques. **Os Quatro Pilares Educação**: Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional Sobre Educação Para o Século XXI 1996

FAZENDA, Ivani C. **A. Integração e Interdisciplinaridade no ensino brasileiro**. São Paulo, Edições Loyola, 2011.

_____. **INTERDISCIPLINARIDADE: qual o sentido?** São Paulo: Paulus, 2003

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**. São Paulo: Paz e Terra, 1992

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MACEDO, Maria do Carmo. **Câmaras Mirins: sua importância da formação do cidadão**. Monografia (Administração Legislativa) Universidade do Sul de Santa Catarina, UNISUL, Brasil, 2008.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. V **Manual de investigação em ciências sociais**, 2ª Ed. Lisboa: Gradiva, 1998.

SILVA, Ana Maria M., **Escola Pública e a formação da cidadania – possibilidades e limites** Universidade de São Paulo Faculdade de Educação 2000

SINGER, P.. **Poder, política e educação** Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo Conferência de abertura da XVIII Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, outubro de 1995